

## Debate sobre regra de ouro pode ser positivo, dizem analistas

Por Estevão Taiar | De São Paulo

A flexibilização da regra de ouro do Orçamento divide opiniões entre economistas, mas há quem enxergue na discussão uma chance de atacar o ritmo de crescimento das despesas públicas.

A regra, presente na Constituição Federal, estabelece em linhas gerais que o governo não pode se endividar para pagar despesas correntes, como remuneração de servidores e benefícios previdenciários. Na semana passada, a flexibilização por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi debatida pelos ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Dyogo Oliveira (Planejamento) e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Só neste ano o governo precisará de R\$ 184 bilhões para que a norma não seja descumprida. Nos cálculos de analistas, um encontro das despesas públicas com a regra não passará de 2019. O descumprimento pode levar à condenação do presidente da República e equipe econômica por crime de responsabilidade fiscal, passível de impeachment.

"Dependendo da maneira como for estruturada, a PEC pode ser bastante boa", diz José Márcio Camargo, sócio da Opus Gestão de Recursos. Para ele, uma emenda à Constituição pode trazer benefícios

aos cofres públicos, desde que venha acompanhada de duas contrapartidas: desvinculação de gastos obrigatórios do orçamento e gatilhos que impeçam aumento de gastos obrigatórios caso a regra seja descumprida.

"Tudo isso permitiria que você voltasse a cumpri-la lá na frente", afirma. "Mas os gatilhos precisam ser duros, de forma que o governo federal volte a cumprir a regra relativamente rápido. Não dá para ficar dez anos [descumprindo a regra]."

Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, faz análise semelhante. "A regra é só mais um termômetro da situação das contas públicas, como o resultado primário e a dívida pública", diz. "Você pode substituir esse termômetro por um antifebril, colocar contrapartidas que reduzam o problema. O problema fiscal do Brasil não é descumprir a regra de ouro, é ter uma trajetória de dívida insustentável."

Schneider diz que a discussão a respeito da regra é uma oportunidade "para acelerar também o debate a respeito de regras que ajudem a cumprir o teto dos gastos". A exemplo de José Márcio, ele defende um engessamento menor do orçamento, com "menos gastos obrigatórios" e menos receitas "que já saem carimbadas".

Há, no entanto, quem tenha postura mais cética em relação aos benefícios da PEC. "A discussão está partindo da flexibilização, e ela precisava partir do ajuste", diz Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman. "A sociedade e o Congresso estão adiando o debate mais importante, a respeito da estrutura de gastos brasileira", afirma. "A flexibilização da regra é o primeiro sinal de que essa conta vai chegar."

No cenário em que a PEC é apresentada, o maior risco não é o seu conteúdo inicial, mas as mudanças que podem ser feitas pela Câmara dos Deputados, segundo Ana Carla. "Tenho muita confiança na equipe econômica do governo. Mas a nossa experiência recente com o Congresso não tem sido muito positiva", diz, citando as concessões feitas nos projetos de renegociação da dívida dos Estados e da reforma da Previdência. "Ficamos com a flexibilização e sem a contrapartida."

Ex-secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla alerta também para o risco de a flexibilização abrir espaço para que Estados e municípios sigam caminho semelhante ao do governo federal. "Onde passa um boi passa uma boiada", afirma. Apesar de não emitirem títulos, os Estados podem, por exemplo, vender ativos ou contrair empréstimos, o que vale como receita de capital. Essa





decisão, segundo ela, aumentaria ainda mais o "crescimento já completamente descontrolado do crescimento das despesas correntes no nível subnacional". "Isso pode abrir uma válvula de escape que pioraria ainda mais a situação lá na frente, empurrando todo mundo para o precipício", diz.

Apesar de considerarem cedo para estimar os impactos da flexibilização sobre os ativos financeiros e a avaliação que as agências de classificação de risco fazem do país, os economistas dizem que esse não é o ponto mais importante a ser debatido no momento. "Se a reforma da Previdência for aprovada, não acho que haverá grande volatilidade com a PEC, porque a Previdência é

justamente um dos mecanismos para que a regra volte a funcionar no futuro. Ela está dando o primeiro passo concreto para que o governo volte a cumpri-la por volta de 2020, 2021", diz José Márcio. O cenário pioraria consideravelmente, entretanto, se a reforma não for aprovada e a regra de ouro for alterada. "Isso pode gerar bastante volatilidade", afirma.

"A sinalização de que o governo jogou a toalha do ajuste fiscal, mesmo que gradual", segundo Ana Carla, "pode ser algo muito negativo" e causar turbulências. "Mas, para mim, a gravidade maior é do ponto de vista da sociedade, de estarmos abrindo mão do futuro. Isso é muito mais importante do que movimentos de mercado."

## O foco precisa ser o controle das despesas públicas

Os constituintes de 1988 decidiram colocar um limite à irresponsabilidade fiscal dos governantes: escreveram no texto constitucional que os governos estaduais, municipais e federal estavam proibidos de realizar operações de crédito que excedessem o montante das despesas de capital, que são os investimentos, as inversões financeiras e as amortizações da dívida. Não era mais possível, portanto, contrair dívidas para pagar gastos correntes, como, por exemplo, salários de servidores, benefícios assistenciais e previdenciários, conta de luz e água, entre outros.

A esse dispositivo foi dado o nome de "regra de ouro" das finanças públicas. Os constituintes repetiram na Constituição uma regra que, então, era adotada por boa parte dos países desenvolvidos. A ideia era que o endividamento público só se justificava se fosse para fazer investimentos, pois eles aumentariam a capacidade produtiva do país e gerariam fluxos financeiros futuros. Fazer dívida para aumentar gastos correntes presentes era transferir a conta para as gerações futuras, o que não podia ser admitido.

A regra pressupõe que o Orçamento do governo seja permanentemente equilibrado. O endividamento público só aumentaria para financiar os investimentos realizados e não para cobrir despesa corrente. Quando não existe equilíbrio do orçamento, não há como cumprir a "regra de ouro", pois o gasto corrente excedente será financiado, necessariamente, pelo endividamento.

O setor público brasileiro vive uma situação de desequilíbrio fiscal estrutural desde 2014. Há quatro anos, a União registra déficits primários elevados em suas contas e não é possível saber com exatidão quando registrará o primeiro superávit. O governo espera que

em 2021 ocorra um pequeno superávit. O mercado considera, no entanto, que o resultado positivo só virá em prazo mais dilatado.

Os déficits primários continuados não estão sendo provocados pelo aumento das inversões financeiras e dos investimentos, que foram reduzidos, em 2017, para os patamares de 2009. São as despesas obrigatórias que crescem sem parar, acima da expansão da economia. Desde o início de 2016, as despesas obrigatórias correntes superam a receita líquida da União, de acordo com o Tesouro Nacional. Em 2017, elas chegaram a 104,2% da receita líquida. Ou seja, as despesas obrigatórias correntes consomem mais do que tudo o que é arrecadado. Como explicar que, mesmo em uma situação como essa, o governo tenha cumprido a chamada regra de ouro?

Na verdade, embora o conceito seja de fácil compreensão, a sua apuração é tortuosa, no Brasil. Nem mesmo a área técnica do governo entende como calcular o cumprimento da regra. Não há uma metodologia única. O Ministério do Planejamento tem um método e o Ministério da Fazenda outro.

Pela metodologia utilizada pela Fazenda, os recursos de emissão de títulos arrecadados em exercícios anteriores e que não foram aplicados em despesas no exercício atual são considerados na apuração da regra de ouro. O resultado contábil positivo obtido pelo Banco Central, principalmente com a desvalorização o real, é transferido ao Tesouro e usado no cumprimento da regra de ouro.

As disponibilidades do Tesouro em sua conta única são remuneradas pelo BC. Os recursos decorrentes





dessa remuneração são usados para pagar gastos correntes e, assim, auxiliam o cumprimento da regra de ouro, pois reduzem a necessidade de emissões de títulos. A receita do retorno das operações de créditos do Tesouro a bancos públicos, como o BNDES, por exemplo, também ajuda, pois evitam novas dívidas.

Nos últimos anos, o governo só cumpriu a regra de ouro por causa do lucro fictício do BC transferido ao Tesouro, da remuneração das disponibilidades da conta única e da devolução antecipada dos empréstimos do BNDES à União. Essas operações camuflaram a verdadeira realidade das contas públicas, ou seja, que os déficits estão sendo financiados com o aumento da dívida pública.

O debate sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) que vai suspender temporariamente a regra de ouro não pode tirar o foco do que é essencial: a sociedade e os seus representantes no Congresso precisam enfrentar o problema do controle do crescimento da despesa pública, começando por aprovar a reforma da Previdência. Só assim será possível reequilibrar o orçamento e, de fato, cumprir a regra de ouro.

## Regra de ouro tem de ser revista para 2019, afirma Dyogo

Por Fabio Graner e Edna Simão  
| De Brasília



O ministro Dyogo Oliveira: "Precisamos preparar a legislação para que o próximo governo não tenha um colapso".

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, garantiu ao Valor que a regra de ouro das contas públicas será cumprida neste ano. Mas reconheceu que é impossível atender a esse dispositivo em 2019, o que complica a elaboração da peça orçamentária que o governo tem que enviar, em agosto, ao Congresso Nacional. "O texto da Constituição é incompleto. O problema é que você não pode fazer o orçamento prevendo o descumprimento. Ela só prevê o caso de se houver problema durante a execução", explicou.

A regra de ouro impede a emissão de dívida para pagamento de gastos correntes. Diante da impossibilidade de cumprimento do dispositivo em 2019, Dyogo afirmou que o governo quer criar uma regra "transitória, condicionada a restrições

orçamentárias", como corte de despesas obrigatórias, nos moldes do teto de gastos.

Segundo ele, a visão é que o governo tem que mandar a proposta de orçamento ao Congresso prevendo o atendimento da regra. "Precisamos preparar a legislação para que o próximo governo, ao assumir, não tenha um colapso derivado da regra de ouro", disse.

Dyogo reforçou que a meta de déficit primário deste ano, de R\$ 159 bilhões, será cumprida e reconheceu que o espaço para corte de despesa para compensar frustrações de algumas receitas é muito pequeno. O ministro disse ainda que o governo não tem condições de capitalizar a Eletrobras e que a tendência é que a receita prevista com a privatização da estatal seja mantida na programação orçamentária que será enviada até o fim do mês. Leia a seguir os principais trechos da entrevista concedida na sexta-feira:

**Valor: Qual sua avaliação sobre a política fiscal em 2017?**

Dyogo Oliveira: 2017 foi um ano do ponto de vista fiscal que teve duas partes bem características. A primeira, até agosto, foi muito marcada por uma contínua frustração de receitas. Tivemos que fazer vários contingenciamentos. Na segunda, as coisas começaram a acontecer e isso resultou até o final do ano, o que tudo

indica, em uma folga em relação à meta estabelecida.

**Valor: Essa folga é de R\$ 30 bilhões como vem sendo noticiado?**

Dyogo: Ainda não tenho o número definitivo. Mas as informações preliminares mostram que realmente vamos terminar o ano com uma folga razoável.

**Valor: Dá para dizer que ficará melhor que a meta antiga de déficit do governo central, que era de R\$ 139 bilhões?**

Dyogo: Isso eu não tenho segurança para dizer. Mas ficará melhor que a meta revisada.

**Valor: Era mesmo preciso mudar a meta?**

Dyogo: Foi um movimento necessário naquele momento. Temos que lembrar que não foi só a meta de 2017. Teve também a revisão da meta de 2018 e 2019 e que continuam se mostrando necessárias. Evidente que não era um movimento que nós desejávamos. Mas, naquele momento corríamos o risco de ter que fazer o "shutdown" do governo.

**Valor: A receita entrou em trajetória definitiva de recuperação?**

Dyogo: Os dados desde agosto





vem demonstrando uma solidez da arrecadação. Ainda estamos distantes da arrecadação que tínhamos pré-crise.

**Valor: Como assim?**

Dyogo: Mesmo com essa recuperação, teremos uma receita que vai ser dois pontos percentuais do PIB menor do que a média dos últimos oito anos [de 2010 em diante]. Ainda é um nível de arrecadação bastante inferior ao histórico, mas teremos em 2018 uma projeção mais positiva.

**Valor: A questão da elasticidade da receita ao PIB maior que 1 já está evidenciada nos dados da receita?**

Dyogo: Acho que para 2017 ainda não. Para 2018, a gente ainda não fez as contas, mas é possível que sim.

**Valor: É possível cumprir a meta de 2018? Quais as dificuldades?**

Dyogo: É plenamente factível com esse processo de recuperação da receita administrada e, por outro lado, pela própria limitação do teto do gasto. As questões se põem sobre as medidas que foram lançadas e que não foram aprovadas. Algumas ainda podem ser aprovadas, com impacto neste ano. A quela medida dos fundos financeiros só terá impacto em 2019.

**Valor: Não desistiram dela?**

Dyogo: Não desistimos. Nós necessitaremos dessas receitas em 2019.

**Valor: De quanto vai ser o contingenciamento de gastos deste ano?**

Dyogo: Não temos ideia. Até o final do mês teremos definido.

**Valor: Fala-se muito de um número próximo de R\$ 20 bilhões.**

Dyogo: Acho precipitado. O que se pode falar é que essas medidas [não aprovadas] representam R\$ 20 bilhões.

**Valor: É alto o valor de R\$ 20 bi?**

Dyogo: Não me parece alto nem baixo. É o valor dessas medidas que estavam em discussão. Estou alertando que não devemos nos fixar no número de R\$ 20 bilhões. Há uma série de alterações que podem contar positivamente ou não. A própria despesa de Previdência pode ter redução pelo valor do salário mínimo, que é de R\$ 3,4 bilhões no orçamento. Nós temos o leilão de petróleo que não está na conta. O INPC talvez vá impactar quem ganha acima do mínimo, mas isso ainda não foi mapeado. Eu sei que a imprensa quer adivinhar o número, mas hoje é um chutômetro louco. O PIB foi revisado para cima, mas tem a revisão dos outros parâmetros.

*"É preciso deixar muito claro*

*que a União não tem condições de capitalizar em valores vultosos as suas empresas"*

**Valor: Em quanto a revisão do PIB impacta a receita?**

Dyogo: Ainda não sei. Uma revisão do PIB depende um pouco da composição dele. Se a revisão for toda por exportação, o impacto na arrecadação é zero. Se for todo importação, o impacto é grande. Tem que ver a composição dessa variação do PIB para avaliar o impacto sobre a receita.

**Valor: Mas o sr. falou de números que favorecem um corte orçamentário menor que R\$ 20 bi. Existe um viés?**

Dyogo: Também tem negativos. Reajuste dos servidores já está na conta e vai aumentar despesas com pessoal. Acho muito precipitado ficar fixando R\$ 20 bilhões como sendo o número.

**Valor: Para este ano, tem um limite a partir do qual não dá para cortar mais o orçamento?**

Dyogo: Do ponto de vista da despesa discricionária, o orçamento já veio muito próximo do valor contingenciado de 2017. A maioria dos órgãos vai ter como orçamento o limite de 2017. As despesas discricionárias estão num nível de compressão além do qual se torna bastante difícil manter o funcionamento normal das políticas e dos órgãos. O espaço para contingenciar é muito pequeno.





**Valor:** *O que pode complicar no orçamento deste ano é a Eletrobras. Já há sérias dúvidas sobre se o governo vai conseguir fazer a privatização, o que retiraria do orçamento R\$ 12 bilhões.*

Dyogo: Estamos dando andamento normal aos trabalhos que envolvem a Eletrobras. Então com as informações que nós temos, eu digo que isso pode ser mantido como uma das receitas previstas. Mas temos até o final do mês para corroborar essa avaliação. Hoje temos uma MP que está em vigor. Os estudos estão em andamento. O projeto de lei (PL) está pronto. Não há nada que me leve a crer [que ela não será privatizada].

**Valor:** *Só com PL pode manter a receita na previsão?*

Dyogo: Sim. Acho até importante explicar melhor o que é esse projeto da Eletrobras. O governo não vai vender sua participação. Vai fazer chamada de capital para injetar dinheiro na empresa, para fortalecê-la. A empresa está descapitalizada, sem capacidade de investir. O objetivo é capitalizar, modernizar sua gestão e torná-la eficiente. Hoje, ela não tem condições de competir nem aqui no país.

**Valor:** *Se esse modelo não puder ser implementado, tem espaço para colocar capital da União?*

Dyogo: A capacidade da União capitalizar suas empresas em geral hoje é muito limitada.

**Valor:** *Dizem que a Eletrobras quebrará se não for capitalizada...*

Dyogo: Não acho que a Eletrobras quebraria. Não é o que os números que a gente tem mostram. No último ano, houve uma recuperação da rentabilidade da empresa. Agora é preciso deixar muito claro que a União não tem condições de capitalizar em valores vultosos as suas empresas.

**Valor:** *E a cessão onerosa da Petrobras. Como está a negociação?*

Dyogo: Está avançando. Nós deveremos criar muito em breve ou formalizar um grupo de discussão a respeito disso. Essa questão não será considerada no orçamento.

**Valor:** *Não é um mal sinal ter em 2018 um primário pior que 2017?*

Dyogo: O resultado de 2017 é muito caracterizado por eventos extraordinários; 2018 está só começando a gente não sabe como vai terminar. Então não vejo uma sinalização negativa. O fato de em 2017 o resultado ficar melhor do que o esperado reflete uma situação de esforço e diligência na política fiscal que merece reconhecimento. Para 2018, nós não temos tantos fatores como tivemos em 2017. As projeções inicialmente são de um resultado pior, mas 2018 será mais livre de eventos extraordinários.

**Valor:** *Apesar das declarações recentes de que o BNDES vai devolver recursos ao Tesouro, qual o plano B para cumprir a*

*regra de ouro?*

Dyogo: Este ano, não temos risco de descumprir a regra de ouro, é a primeira coisa que precisa ficar claro. Temos acertada a questão do BNDES e, mesmo que não entrasse, há outras alternativas. O resultado melhor do ano passado reduz a necessidade um pouco neste ano. Para este ano, não há risco. O problema é que para 2019 não há possibilidade de cumprir a regra de ouro. E isso está acontecendo porque temos um déficit na Previdência que é monstruoso e que está sendo financiado pela emissão de dívida. Então, precisamos preparar a legislação para que o próximo governo, ao assumir, não tenha um colapso derivado da regra de ouro. Isso será feito colocando uma série de condicionantes para o descumprimento da regra. Não será uma coisa livre. Vai ter uma série de contingências para atender.

**Valor:** *Quais seriam?*

Dyogo: Isso foi tratado ontem [quinta-feira] muito lateralmente numa reunião de duas horas. Isso está sendo preparado pelas equipes técnicas dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. A ideia original era tratar do assunto depois da reforma da Previdência. Não temos ainda uma data fixada para fechar essa discussão. Esse governo não está pedindo nenhum "waiver" [perdão] para si, não está pedindo para descumprir a regra em hipótese alguma.

**Valor:** *Mas quais seriam as sanções a serem aplicadas, ministro?*





Dyogo: Os principais controles são nas despesas obrigatórias: benefícios, incentivos fiscais, subsídios, salários. Uma regra constitucional poderia autorizar isso. As despesas discricionárias já estão completamente pressionadas.

*"O fato de em 2017 o resultado ficar melhor que o esperado reflete uma situação de esforço e diligência fiscal"*

**Valor: A regra já tem previsão de "waiver". Por que mudá-la?**

Dyogo: O que a regra diz é que, se durante o ano você descumprir, pode pedir um crédito orçamentário especial para o Congresso. O problema é que se não pode fazer o orçamento prevendo isso. A Constituição, nesse ponto, foi incompleta. Ela só prevê o caso de ter problema durante a execução. A discussão ainda não está madura e precisa ser aprofundada. Esse tema precisa ser tratado para que a gente possa fazer o envio do orçamento em agosto dentro da regra de ouro ou dentro do que vier a ser essa regra transitória, condicionada a uma série de restrições. O governo hoje não tem uma proposta sobre isso. O que temos clareza é que isso precisa ser resolvido.

**Valor: Não será mais uma amarra para o próximo governo?**

Dyogo: Na verdade estamos retirando uma amarra. Nós estamos dando condições para o próximo governo lidar, tratar dessa questão de uma maneira funcional, viável.

Não mexer nessa regra hoje significa entregar para o próximo governo um orçamento inexequível.

**Valor: Está certa a devolução de recursos do BNDES para o FAT?**

Dyogo: A gente vai ver o número, mas em princípio o FAT vai precisar de uma devolução em torno de R\$ 20 bilhões neste ano.

**Valor: O senhor diz que para este ano o cumprimento da regra de ouro é tranquilo, mas pelos dados do Tesouro existe uma necessidade de R\$ 184 bilhões.**

Dyogo: A gente vai revisar esses números. Acredito que a necessidade seja menor que isso.

**Valor: O governo revisou para 3% a projeção do PIB de 2018 e vende otimismo. O número já virou piso?**

Dyogo: Acho que 3% é um número razoável. É o mais comum nas projeções dos analistas. É o cenário base, que depende de uma série de conjunturas. A reforma da Previdência pode ter um impacto nessa projeção, positivo ou negativo. A rejeição pode ter um impacto forte em termos de crescimento deste ano. Chegamos a divulgar estimativa que reduziria em 1,3 ponto porcentual o PIB deste ano.

**Valor: O Planejamento está muito mais catastrofista que a Fazenda, que calculou em cerca de 0,15 pp o impacto da não aprovação. Por quê?**

Dyogo: Nossa avaliação parte do impacto disso sobre avaliação do risco-país, que afeta variáveis financeiras, como câmbio e juros, e, a partir daí, impacta a atividade econômica. No cenário de não aprovação da reforma, teremos câmbio mais alto, juro mais alto, inflação mais alta, renda disponível mais baixa e atividade mais baixa. Se o CDS subir para 300 pontos - só para lembrar, quando este governo começou estava em 500 pontos, portanto não é um cenário catastrofista - o PIB de 2018 seria 1,3 ponto porcentual menor e o de 2019, dois pontos menor.

**Valor: O governo não aumenta o risco da não aprovação da reforma piorar a economia ao deixar o mercado falsamente otimista quanto à probabilidade de aprovação dela?**

Dyogo: O governo tem que defender a reforma porque nós temos a convicção de que isto é da mais alta relevância para o país. É evidente que estamos trabalhando para aprovar e acreditamos que será aprovada. Não posso dizer uma coisa diferente daquilo que nós acreditamos.

**Valor: O que pode acontecer até fevereiro que faça os deputados mudarem de opinião?**

Dyogo: A gente tem que fazer o trabalho de discussão, convencimento, e tentar levar à votação. É muito claro hoje o quanto é importante aprovar. Se deixar, como alguns sugerem, para 2019, evidentemente isso vai virar discussão de campanha, candidatos vão se





comprometer e vai tornar mais difícil a aprovação.

***Valor: Não seria mais saudável discutir isso na campanha eleitoral? Não teria mais credibilidade?***

Dyogo: Acho esse um tema muito complexo. A campanha discute todos os temas do país. Acho que uma discussão superficial, rápida e eivada de posicionamentos ideológicos não é exatamente o ambiente salutar para discutir um problema técnico, complexo e com as implicações que tem para o futuro do país. Tenho falado isso com muita veemência e é preciso repetir: a situação da Previdência do Brasil é insustentável. Ela já está estourando a regra de ouro, que é uma regra de saúde da gestão fiscal. Isto vai começar a impactar todas as outras variáveis de gestão e, principalmente, inviabilizar as outras políticas públicas. Precisamos tratar disso com a maior urgência.

***Valor: O sr. mandou uma consulta ao TCU pedindo autorização para repassar recursos ao Rio Grande do Norte. Isso não andou. O que sobrou para socorrer o Rio Grande do Norte e os outros Estados?***

Dyogo: Não está se preparando nenhuma ação relativa aos Estados. E o caso do RN deixou muito claro a dificuldade e as limitações que o Executivo tem.

***Valor: O PL que trata da reestruturação das carreiras dos servidores públicos ainda vai sair?***

Dyogo: Vai. Está sendo finalizado ainda porque é muito extenso. Nós temos umas 250 carreiras.

***Valor: E o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores?***

Dyogo: Vamos soltar uma medida provisória em breve restabelecendo nos mesmos termos do programa anterior.

***Valor: A sensação é que o governo está paralisado e engessado porque a prioridade é a reforma da Previdência Social...***

Dyogo: A verdade é que as coisas têm avançado enormemente. O governo entregou uma quantidade enorme de coisas, fizemos muitas medidas de maior vulto, outras, de menor. Agora, sempre fica um estoque para a gente continuar, se não a gente fica sem serviço. Aqui no ministério, vamos focar na nova lei de finanças públicas, que já está na Câmara e é uma pauta prioritária. Ela estabelece as bases do funcionamento da contabilidade pública, trazendo mais precisão dos conceitos utilizados na contabilidade pública. É uma lei direcionada para disciplinar o processo orçamentário e torná-lo mais realista.

## Beabá orçamentário

Governo corre o risco de não cumprir regra básica que veda cobrir gasto cotidiano com empréstimo, sujeitando o presidente a processos

O governo entabula negociações com o Congresso a fim de evitar um novo vexame na gestão do Orçamento — um aumento da dívida pública que pode sujeitar autoridades do Executivo a processos por crime de responsabilidade.

Há o risco de que, neste ou no próximo governo, o passivo federal cresça de modo a violar um artigo da Constituição que, de tão fundamental, é conhecido entre estudiosos como "regra de ouro".

Trata-se de um princípio de prudência e respeito pelas gerações futuras. O texto estipula que se deve tomar empréstimo apenas para financiar aumentos de capital, isto é, investimentos em obras ou ativos que aumentem a rentabilidade do patrimônio público e a capacidade da economia de produzir.

Dito de outra maneira, não se deve aumentar a dívida com o objetivo de pagar as chamadas despesas correntes — salários, aposentadorias, serviços e manutenção da máquina e da burocracia estatal.

Com exaustão das receitas, resultados pífios nas privatizações e gastos irresponsáveis, caso dos reajustes salariais concedidos aos servidores, o governo federal se encontra à beira de descumprir a norma inscrita na Constituição.

Assim, a fim de evitar processos judiciais, a

administração de Michel Temer (MDB) e o Congresso preparam algum relaxamento provisório da "regra de ouro".

Liderados por Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, deputados dizem agora, sem pudor, que pretendem elaborar uma emenda constitucional mais ampla, que não apenas flexibilize o dispositivo mas também previna o aumento sem limite de despesas obrigatórias, como aqueles com pessoal e Previdência.

Ora, é o próprio Congresso — tão sensível aos lobbies de minorias influentes, como as corporações da elite do funcionalismo — que resiste à contenção dessa modalidade de gasto, que hoje toma quase todo o Orçamento da União.

Não passa de um desplante hipócrita que os parlamentares finjam agora se preocupar com as causas principais, há muito conhecidas, do colapso das finanças públicas.

Se estão preocupados de fato, que o demonstrem. Aceite-se alguma mudança constitucional, se por mais não fosse porque, de outra maneira, a administração federal corre o risco de ficar paralisada a partir de 2019.

Mas que também se aprovem as medidas propostas para conter o rombo embutido no Orçamento deste ano — e, mais importante, que se vote uma reforma previdenciária ampla. Basta de teatro.

## Governo não controla 53% dos subsídios

Para TCU, falta de avaliação gera baixo controle sobre a efetividade das políticas que motivaram renúncia de impostos

Benefícios vão desde perdão de tributos para empresas até dedução no Imposto de Renda com saúde e educação

MARIANA CARNEIRO - DE BRASÍLIA

Mais da metade dos programas de benefícios tributários concedidos pelo governo federal via renúncia de impostos não tem acompanhamento de órgãos gestores.

Criados via projetos de lei que passaram pelo Congresso, esses benefícios atendem a setores, regiões, categorias empresariais ou mesmo pessoas físicas e consumiram o equivalente a 4,1% do PIB no ano passado (R\$ 275 bilhões). A previsão do governo é abrir mão de outros R\$ 283 bilhões com renúncias de impostos neste ano com os chamados gastos tributários.

Um pente-fino feito pelo TCU (Tribunal de Contas da União) mostra que 84% desses recursos são de programas sem data para

acabar. E que 53% dos programas não têm gestor responsável. O resultado é um baixo controle sobre a efetividade das políticas que motivaram a renúncia de impostos.

São exemplos desses incentivos a Zona Franca de Manaus e o Simples.

Para o TCU, porém, o mais grave são programas sem gestores, como as desonerações da cesta básica e da folha de pagamentos e o programa de exportação da produção rural. Os três devem gerar mais de R\$ 39 bilhões em renúncias neste ano e, como não estão subordinados a nenhum ministério, não têm acompanhamento de efetividade.

"Se não há acompanhamento do gestor, não faz sentido. Não haverá avaliação de impacto, nem saberemos se estão dando certo", afirma Leonardo Albernaz, secretário de macroavaliação governamental do TCU. Há quatro anos, o TCU determinou que Casa Civil e Ministério da Fazenda apontassem gestores para os programas. "Agora vamos checar se o monitoramento está sendo cumprido", diz Albernaz.

Sem espaço para aumentar as despesas, o governo optou por mais renúncias nos últimos anos, diz o técnico. Em 2011, elas representavam o equivalente a 3,5% do PIB. Chegaram a 4,6% em 2015. Com a implantação do teto de gastos, que limita a expansão de despesas, a expectativa é que a pressão por estes programas aumente mais.

"A despesa orçamentária está no teto, a renúncia não. O caminho natural será aumentar despesas via renúncias", alerta Albernaz. "Haverá pressão por mais benefícios, concedidos à margem da discussão orçamentária."

O conceito dos gastos tributários é que eles substituem uma política que poderia ser feita diretamente pelo governo por uma ação da iniciativa privada, em troca de perdão de parte dos tributos. Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, observa que os descontos de saúde e educação para pessoas físicas no Imposto de Renda são um exemplo de gasto tributário.

"O governo reconhece que não tem condições de oferecer escola





e hospital para todos, por isso desonera as famílias", afirma. "Os gastos tributários existem também em outros países. A diferença é que não têm a mesma proporção que no Brasil."

Segundo análise do TCU, renúncias com esses benefícios superam o Orçamento do governo em algumas áreas. Um exemplo são as despesas com políticas de energia. Dos R\$ 7,6 bilhões despendidos nessa função em 2016, R\$ 1,7 bilhão saíram diretamente das mãos do governo, outros R\$ 5,9 bilhões foram "gastos" via programas de renúncia.

"Quando o gasto é feito diretamente pelo governo há mais

controle e discussão", afirma Albernaz.

Malaquias concorda e diz que, pelas regras de transparência, o governo é obrigado a informar o nome de quem recebe dinheiro público. Até salários de servidores estão disponíveis. As renúncias tributárias, não, pois são protegidas pelo sigilo fiscal.

Esse é um dos fatores de insatisfação do TCU e de gestores desses benefícios.

Para Malaquias, o avanço desses benefícios, sem o controle adequado, reflete uma "crise de governança" gerada pelo excesso de leis criando exceções e benesses para segmentos eleitos.

### SEM COMANDO Renúncias tributárias são crescentes e não têm órgão responsável

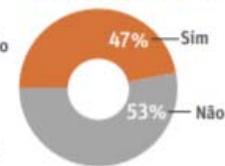
#### Renúncias tributárias, em % do PIB



#### Renúncias tributárias por vigência\*\*



#### Renúncias tributárias por presença de órgão gestor\*\*\*



\*Previsão no Orçamento \*\*Considerando o valor das renúncias \*\*\*Considerando o número de programas de renúncias Fonte: Elaboração TCU com base em dados da Receita Federal

## Planalto avalia flexibilizar mais a reforma

Agente penitenciário pode ter a mesma regra que policial e se aposentar mais cedo

GUSTAVO URIBE e BRUNO BOGHOSSIAN - DE BRASÍLIA

Na tentativa de conquistar apoio para aprovar a reforma previdenciária em fevereiro, o presidente Michel Temer avalia igualar as regras de aposentadoria dos agentes penitenciários às dos policiais federais e legislativos. A proposta é discutida como uma maneira de reverter os votos de pelo menos dez deputados que se declaram indecisos.

Em conversa com a Folha, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, avaliou como "justo" que sejam adotadas regras mais brandas para os agentes. A proposta chegou a ser discutida em maio na Câmara, mas foi barrada pelos articuladores do Planalto.

Marun admitiu rever essa posição, mas apenas se os parlamentares que apoiam a mudança se comprometerem a defender publicamente a reforma. "Eu vejo justiça no pleito dos agentes penitenciários. Se eles conseguirem mobilizar [deputados], o pleito passa a ter

outro peso", disse.

Pelo último balanço, o governo conta com 260 votos favoráveis à reforma e enxerga pelo menos cem parlamentares indecisos. A meta é conseguir virar metade deles até 19 de fevereiro, data prevista para a votação da proposta.

Há cerca de 65 mil agentes penitenciários em atuação no país. A categoria, embora não seja numerosa como as dos demais servidores da área de segurança, é organizada e combativa. Em maio, invadiram a Câmara pressionando pela flexibilização das regras.

"Nós somos um governo do diálogo e não podemos fechar os ouvidos [para reivindicações de categorias]. O que não mude os pilares da proposta pode até ser aprimorado", afirmou o ministro Marun.

Com a mudança, os agentes penitenciários passariam a ter idade mínima de 55 anos para aposentadoria. Sem a norma diferenciada, ficariam enquadrados nas mesmas regras dos servidores públicos, que preveem aposentadoria a partir de 62 anos (mulheres) e 65 anos

(homens).

### MULHERES

Além dessa flexibilização, o Planalto avalia a redução da idade mínima das mulheres de 62 para 60 anos e uma regra de transição mais benéfica para quem ingressou no funcionalismo antes de 2003. A expectativa é que essas alterações possam conquistar o apoio de pelo menos mais 30 deputados.

Pelas flexibilizações feitas até o momento, a economia prevista com a reforma será de 60% do valor original, de R\$ 793 bilhões em dez anos.

Os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil) já defenderam publicamente que não é possível fazer mais alterações na proposta. Nos bastidores, contudo, o entorno do presidente avalia que apenas com novas mudanças será possível conseguir apoio para aprovar a iniciativa.

Até a data de votação, Marun calcula que o governo terá quatro semanas para conseguir virar os 50 votos necessários. Na avaliação dele, a próxima semana será esvaziada em Brasília, o que





dificultará a atuação do governo.

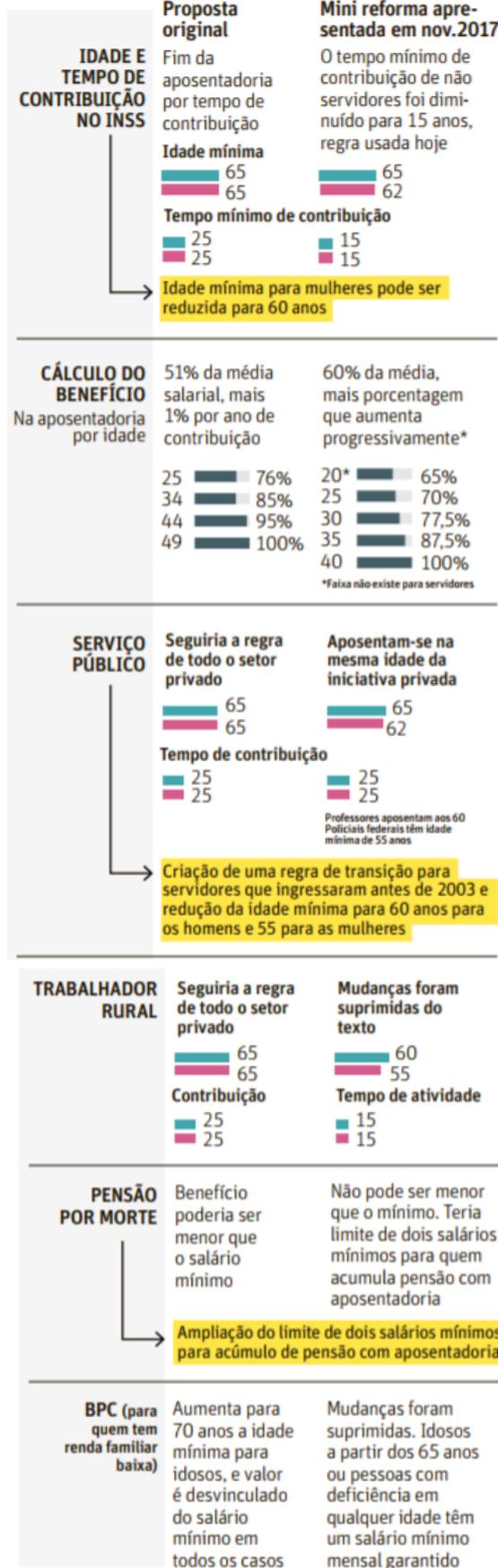
Por conta da expectativa, Padilha, o principal articulador do Planalto na reforma, vai tirar férias até o dia 16. Na sua ausência, responderá pelas funções da pasta o subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Gustavo Rocha.

A escolha é um reconhecimento de Temer pelo trabalho do assessor presidencial, considerado um de seus principais conselheiros jurídicos.

## EM NEGOCIAÇÃO

Governo estuda nova flexibilização para tentar aprovar Previdência em fevereiro

■ Homens ■ Mulheres → Mudanças estudadas agora



## Impasse deixou para 2018 lista de projetos essenciais

MAELI PRADO e DANIEL  
CARVALHO - DE BRASÍLIA

O impasse em torno da reforma da Previdência ainda em 2017 empurrou para 2018, ano eleitoral, uma lista de projetos essenciais para a execução do Orçamento.

Entre eles estão medidas polêmicas, como a reoneração da folha de pagamento das empresas e o aumento na contribuição previdenciária dos funcionários públicos.

De acordo com cálculo do Tesouro Nacional, há um buraco de mais de R\$ 20 bilhões em receitas e despesas previstas no Orçamento referentes a projetos de lei não votados e medidas provisórias que não se confirmaram.

Por isso, a tendência é que o Congresso se concentre em propostas que permitam o cumprimento da meta fiscal do ano, de déficit de R\$ 159 bilhões, e do teto de gastos. "O governo não pode descuidar da meta e vai buscar alternativas, medidas mais amargas para compensar o quadro fiscal delicado", avalia Ricardo Volpe, diretor da consultoria de Orçamento e Fiscalização da

Câmara.

Ele lembra que o governo pode limitar ou mesmo extinguir o abono salarial — benefício a trabalhador formal que ganha até dois salários mínimos e que, segundo Volpe, custa R\$ 17 bilhões por ano. Outro caminho que passa pelo Congresso é a elevação de tributos, com a ponderação de 2018 ser ano eleitoral.

Um tema que será debatido, segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), é uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera as regras das despesas obrigatórias da União — hoje, o governo tem controle de apenas 10% dos seus gastos.

Segundo Maia, o governo tentará votar a cessão onerosa, projeto que permite à Petrobras vender 70% das áreas não concedidas do pré-sal. "Temos ainda o cadastro positivo [projeto para reduzir o custo do crédito] e um projeto de lei para modernizar as duplicatas no Brasil", disse o presidente da Câmara.

Outro item da lista de prioridades do governo é a flexibilização da "regra de ouro",

que impede a União de emitir dívida em volume superior aos investimentos. A ideia é aprovar uma PEC ainda no primeiro semestre.

Além disso, Maia quer levar ao plenário da Câmara projetos aprovados pelo Senado no fim de 2017, como o que cria um marco legal para dar mais autonomia e independência às agências reguladoras e o que altera a Lei de Licitações e Contratos.

### PROJETOS EM RISCO

Nesse cenário, projetos que governo e entidades empresariais consideram importantes, como o da reforma tributária, correm maior risco de ficarem de lado.

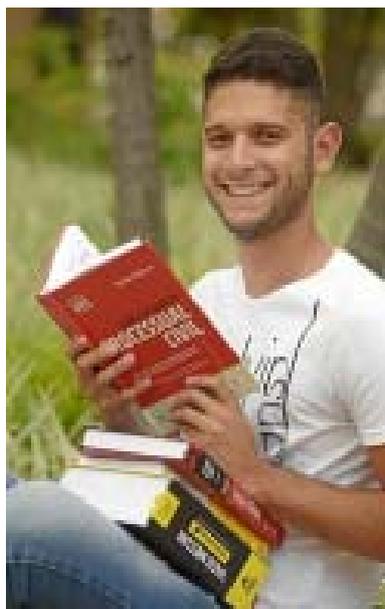
"Seria importante aprovar mesmo que uma minireforma tributária. Algo que nos dê chance de avançar em uma tributação mais justa", avalia Mônica Messenberg, diretora de relações institucionais da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Para ela, o fato de ser ano eleitoral, combinado com a Copa do Mundo, deve reduzir as chances de projetos polêmicos serem aprovados.

CONCURSOS »**Previsão de mais de 30 mil vagas em disputa este ano**

Orçamento Federal especifica verba para abertura de 10.258 oportunidades, e o do Distrito Federal, de 19.810. Especialistas acreditam em um bom ano para quem quer ingressar no serviço público, e aconselham que interessados não parem de estudar

Mariana Fernandes  
Lorena Pacheco  
Anna Russi\*



"Acho que (ao estudar em casa) consigo ter disciplina maior e focar no que eu preciso, além de melhorar a organização do meu tempo. Era muito puxado acumular as três atividades" Daniel Werceland, estudante

Uma boa notícia para quem pretende entrar para o serviço público. O Orçamento federal e os de estados e municípios preveem abertura de 30.068 vagas neste ano. E melhor, desse total, 19.810 oportunidades são para o Distrito Federal e 10.258, para União — 6.564 novas e 4.404 já existentes.

O destaque na esfera nacional certamente vai para o Judiciário, detentor de autorização para abrir a maioria das chances, 5.057. Só no Superior Tribunal de Justiça serão 670 oportunidades. O Poder Executivo ganha no quesito provimento, com 3.220 nomeações — apenas na Defensoria Pública da União devem ser criados 811 cargos. No Legislativo, entretanto, nenhuma vaga será criada. Há apenas autorização para provimento de 194 candidatos já aprovados.

Apesar de a notícia ser animadora e dar fôlego aos concurseiros para que mantenham a rotina de estudo, o que está previsto em orçamento nem sempre se concretiza. Segundo o professor Flávio Assis, que dá aulas de administração financeira e orçamentária no Gran Cursos Online, trata-se de uma autorização, que depende de adequação orçamentária.

#### Chances

Para o especialista, o número de chances federais é razoável para um

momento em que o governo precisa conter gastos, apesar de haver bem mais cargos vagos. "A ideia do governo de reduzir o número de cargos é para ajustar a máquina pública. As pessoas pensam que têm cunho político, mas, na verdade, não é isso. Existem muito mais cargos vagos do que os autorizados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e haverá mais ainda com a reforma da Previdência.

Assis acredita que muitos servidores vão se aposentar para fugir do tempo maior de trabalho previsto pelas mudanças, e a carência de pessoal vai aumentar em 2019. "O governante que assumir terá de preencher esses cargos. Neste ano, o critério será de ajuste, mas, em 2019 e em 2020, quem assumir, com certeza, terá de preencher essas vagas, não tem como. Digo isso, tomando como base a estabilidade econômica que o país está conseguindo recuperar agora."

A dica do professor do Gran Cursos é não desanimar, pois, se este ano não estiver tão bom, os próximos serão melhores. "Sei que é chato só estudar sem ter nada definido, mas é preciso manter o foco, os candidatos têm de estar preparados e os estudos não podem parar."

O estudante de direito Daniel Werceland, 21 anos, segue o conselho à risca. Mesmo antes de se





formar e sem ter uma seleção específica como meta, dedica um tempo do dia ao estudo para seleções públicas. Depois de passar seis meses acumulando aulas noturnas de um cursinho com as da faculdade e um estágio, resolveu estudar em casa. “Acho que consigo ter disciplina maior e focar no que eu preciso, além de melhorar a organização do meu tempo. Era muito puxado acumular as três atividades”, diz. O objetivo dele é, quando se formar, já ter passado em um concurso, garantindo estabilidade e remuneração.

O professor de direito constitucional do IMP Concursos Aragonê Fernandes defende que, se 2017 foi um bom ano para os concurseiros, 2018 promete mais. “Já temos vagas abertas e publicadas, como as para o Superior Tribunal Militar (STM), o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Tribunal de Justiça de Alagoas. É preciso estudar logo e aproveitar as chances”, lembra.

Segundo Fernandes, para este ano, são esperados os concursos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), todos de abrangência nacional. Porém, o concurso público

mais esperado em 2018, na opinião dele, é o do Ministério Público da União (MPU). “Esta é minha grande aposta e expectativa, já que reservaria vagas em todo o Brasil”, diz. O professor acredita que todos estados brasileiros serão contemplados com vários cargos, inclusive capitais e interior. “Além de ser nacional, no DF, é um concurso que atrai uma verdadeira multidão”, comenta.

O professor de português do GranCursos Online Elias Santana defende que o momento é de estudar, porque, se muitos acreditam que, em ano eleitoral, não são abertos muitos concursos, “não é bem assim”. “Este novo ano tem tudo para ser muito melhor que 2017. Ano eleitoral não impede bons editais. É uma oportunidade excelente para estudar e sair na frente da concorrência que está desanimada”, explica.

Para Santana, a prova de que 2018 será um ótimo ano já foi evidenciada a partir da quantidade de editais relevantes que foram publicados em dezembro de 2017. “Além do MPU, que deverá ser destaque, tudo que envolver TRT e TRE serão boas oportunidades. Fique atento”, recomenda.

## Distrito Federal

Cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita o gasto com funcionalismo, o Governo do Distrito Federal incluiu no orçamento a abertura de diversas vagas. O professor de direito constitucional do IMP Concursos Aragonê Fernandes aposta no lançamento de concurso para a Polícia Militar, com mais de 2 mil vagas para breve. A banca organizadora já foi até escolhida, é o Instituto Americano de Desenvolvimento (Iades). A expectativa é de que saiam editais também de algumas secretarias locais e do Tribunal de Justiça do DF.

Segundo a Secretaria de Planejamento, estão previstos concursos para as carreiras de auditor tributário, de políticas públicas e gestão governamental, de técnico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) neste ano e logo serão autorizados 426 cargos para assistência pública à saúde.

\* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira





## Dica de especialistas

Acompanhe os conselhos para quem quer disputar uma vaga no serviço público

### Pesquise

» Escolhida a banca organizadora, faça um levantamento de questões usadas em seleções anteriores. Acompanhe se houve mudança de estilo e de níveis de dificuldades nos últimos anos.

### Repita

» Resolva questões de provas recentes da banca. Escolha exercícios de seleções de 2016 e 2017, preferencialmente.

### Conheça

» Leia atentamente o edital e conheça o conteúdo que será cobrado. Normalmente, são cobrados em sua totalidade.

### Se comprometa

» Encare os estudos como um trabalho. Há turno, horários e metas a serem cumpridos. Faça um calendário de planejamento de hoje até o dia da prova, e revise-o a cada semana.

### Tenha foco

» Estude com foco em ampliar o conhecimento e não somente pensando em aprovação. Assim, terá um aprendizado e fixação maiores.

### Treine

» Para a redação, treine escrevendo muito. Sugestão: faça, pelo menos, uma redação por semana.

### Diversifique

» Lembre-se: não baseie seus estudos apenas em resolver exercícios, o conteúdo precisa ser estudado também. Saiba mesclar teorias e questões.

### Não tenha medo

» Não deixe de estudar disciplinas chatas ou difíceis.

### Concentre-se

» Resolva questões fora da sua zona de conforto para treinar também a concentração.

### Planeje-se

» Entre um concurso e outro, reserve uma semana para conferir gabaritos, entrar com recursos e descansar.

### Fique atento

» Se o concurso for organizado pelo Cebraspe, lembre-se: não se arrisque em chutar questões que não saiba, e se informe sobre quantas questões devem ser respondidas para se tirar uma boa nota.

## Seleções atrativas

Algumas seleções consideradas de bom apelo para os concurseiros estão com as inscrições abertas ou próximas (veja quadro na página ao lado). As mais atrativas, pelos salários, são a da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), lançado em 3 de janeiro. Serão 300 oportunidades imediatas, sendo 220 para oficiais de inteligência, 60 para oficial técnico de inteligência e 20 para agente de inteligência. Os salários devem variar entre R\$ 6.302 e R\$ 16.620.

Interessados podem se inscrever entre 9 e 30 de janeiro pelo site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe). As taxas para participar são de R\$ 230 para oficial, R\$ 210 para oficial técnico e R\$ 190 para agente. As provas da Abin estão marcadas para março.

Também fazem parte do objeto do desejo de quem quer entrar no serviço público as vagas para a Câmara Legislativa (CLDF). Vale

lembrar que o concurso ainda está de pé e promete muita concorrência. Após a anulação, em novembro, determinada pelo Tribunal de Contas (TCDF), só falta a contratação de uma nova banca organizadora para a seleção sair.

A Casa já informou que não haverá mudança no quantitativo de vagas e o calendário, que passará por adaptações, será divulgado oportunamente. Serão 86 oportunidades entre cargos de níveis médio e superior. O salário inicial (incluindo gratificações) para nível médio é de R\$ 10.143, e nível superior, R\$ 15.123.

Para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), com inscrições abertas desde 2 de janeiro, há 96 oportunidades de níveis médio e superior, com salários que variam de R\$ 2.804 a R\$ 12.647. As inscrições seguirão até 2 de fevereiro, por meio do site da banca, a Inaz do Pará. (MF e LP)

## CONCURSOS »

# 2018 abre com 408 chances no Judiciário



Cursinhos preparatórios: estudantes precisam prestar atenção à concorrência que, normalmente, é muito grande para postos na Justiça

*Oportunidades em tribunais são as mais procuradas por concurseiros que buscam estabilidade financeira e profissional. Entre as seleções já autorizadas, a do Superior Tribunal de Justiça promete ser uma das maiores do ano*

Mariana Fernandes  
Lorena Pacheco  
Anna Russi\*

O ano começou com 408 vagas abertas no Judiciário. No Supremo Tribunal Militar (STM), são 42 oportunidades para contratação imediata, além da formação de cadastro reserva, distribuídas em cargos de níveis médio e superior, com salários de R\$ 6.708 a R\$

11.006. As inscrições podem ser feitas até o dia 15. A seleção está sendo organizada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) e as taxas variam de R\$ 75 a R\$ 86.

O edital para o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) foi lançado com 235 vagas para o posto de escrevente técnico judiciário, que exige níveis médio de formação. O salário é de R\$ 4.706, para 40 horas de trabalho semanal. As inscrições poderão ser feitas de 9 de janeiro a 14 de fevereiro pelo site da Fundação Vunesp. A taxa custa R\$ 68.

O Tribunal de Justiça de Alagoas

também abriu 131 vagas para cargos de nível médio e superior. A remuneração vai de R\$ 2.550 a R\$ 5.101 e as inscrições podem ser feitas até 15 de fevereiro pelo site da Fundação Getúlio Vargas (FGV). São 100 vagas para técnico da área judiciária e as demais chances, para analista da área judiciária, oficial de justiça avaliador e estatística.

Como a maioria das vagas previstas no Orçamento da União são destinadas a seleções do Poder Judiciário, especialistas em concursos públicos consideram que 2018 será o ano dos editais para tribunais. São sempre seleções muito concorridas, tanto pela carreira, quanto pelos bons salários — o certame do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com 52 vagas, recebeu 105 mil inscrições.

A publicitária Priscila Maron, 25 anos, participou do concurso do TST, mas não teve sucesso. Começou a estudar em meados do ano passado e, apesar de focar nas vagas da Justiça, participou de outras seleções para treinar e se preparar para o que realmente quer. “Muitas vezes dá até para aproveitar a semelhança de conteúdos entre alguns concursos, e é sempre útil para treinar. Neste ano, já vi que tem vários concursos autorizados, mas não acredito que todos saiam. Em ano de eleições, acho difícil ter nomeações.”





## Previsão

No âmbito de seleções previstas, a que promete ser uma das maiores do ano é a para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com comissão organizadora formada desde junho, o órgão publicou, em dezembro, no Diário Oficial da União, que escolheu o Cebraspe como banca responsável pelo processo seletivo. A previsão do órgão é de que o edital saia neste ano, mas ainda não há informações de vagas e cargos.

O último concurso do STJ, ocorreu em 2015, com 65 oportunidades para candidatos com níveis médio e superior, além de formação de cadastro de reserva, que foram disputadas por mais de 71,4 mil inscritos. Os salários oferecidos à época foram de R\$ 8.803, para nível superior, e R\$ 5.365, para médio. Foram feitas 269 convocações.

Na esfera regional, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro, já anunciou que deve abrir chances para analistas e técnicos nas áreas

judiciária, administrativa e de apoio especializado. O TRT da 15ª Região, com sede em Campinas (SP), já contratou a Fundação Carlos Chagas (FCC) para uma nova seleção — as vagas ainda não foram definidas, mas, atualmente, o órgão conta com 129 cargos desocupados.

O TRT da 18ª Região, em Goiás, também contratou a FCC e a expectativa é de abertura de seis vagas e cadastro de reserva de níveis médio e superior. Os postos já foram autorizados pela Assembleia Legislativa local. No Rio Grande do Sul, o Tribunal de Justiça vai lançar mais um edital — depois dos dois abertos no ano passado. Agora, para oficial de justiça e na área da tecnologia da informação, com salários de R\$ 8.995 a R\$ 11.073.

\* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

"Neste ano, já vi que tem vários concursos autorizados, mas não acredito que todos saiam. Em ano de eleições, acho difícil ter nomeações"

Priscila Maron, publicitária





## Fique atento!

Confira as seleções já abertas e as que podem abrir neste ano

### Abertos

<b>Agência Brasileira de Inteligência (Abin)</b> Vagas: 300 Nível: médio e superior Inscrição: de 9 a 20 de janeiro Salário: de R\$ 6.302,23 a R\$ 16.620,46	<b>Tribunal de Justiça de Alagoas</b> Vagas: 131 Nível: médio e superior Inscrição: de 8 de janeiro a 15 de fevereiro Salários: de R\$ 2.550,96 a R\$ 5.101,92	<b>Defensoria Pública do Amazonas (DPE/AM)</b> Vagas: 25 Nível: superior Inscrição: até 16 de janeiro Salário: R\$ 14.600,30
<b>Superior Tribunal Militar</b> Vagas: 42 Nível: médio e superior Inscrição: até 15 de janeiro Salário: R\$ 6.708,53 a R\$ 11.006,83	<b>Departamento de Trânsito do Maranhão (Detran/MA)</b> Vagas: 170 Nível: médio e superior Inscrição: até 18 de janeiro Salário: de R\$ 1.400 a R\$ 4.400	<b>Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe)</b> Vagas: 969 Nível: médio e superior Inscrição: até 30 de janeiro Salário: de R\$ 1.599,20 a R\$ 3.636,72
<b>Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap)</b> Vagas: 96 Nível: médio e superior Inscrição: até 2 de fevereiro Salário: R\$ 2.804,87 a R\$ 12.647,36	<b>Ministério Público de Goiás</b> Vagas: 1 Nível: fundamental Inscrição: de 15 de janeiro a 13 de fevereiro Salário: R\$ 3.118,89	<b>Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH)</b> Vagas: 1 mil Nível: médio e superior Inscrição: até 9 de janeiro Salário: de R\$ 1.000 e R\$ 7.425,31
<b>Aeronáutica</b> Vagas: 183 Nível: médio Inscrição: de 6 de janeiro a 6 de fevereiro Salário: R\$ 4.627,46	<b>Conselho de Psicologia da 12ª Região</b> Vagas: 244 Nível: médio e superior Inscrição: até 22 de janeiro Salário: de R\$ 2.160 a R\$ 3.600	<b>Câmara de Belo Horizonte/MG</b> Vagas: 102 Nível: médio e superior Inscrição: até 4 de janeiro Salário: de R\$ 3.187,25 a R\$ 7.853,62
<b>Saneamento de Goiás S.A (Saneago)</b> Vagas: 338 Nível: médio e superior Inscrição: até 5 de fevereiro Salário: de R\$ 2.353,96 a R\$ 9.262,41	<b>Banco do Rio Grande do Sul (Banrsul)</b> Vagas: 120 Nível: superior Inscrição: até 8 de Janeiro Salário: R\$ 3.437,75	<b>Câmara de Salvador/BA</b> Vagas: 60 Nível: médio e superior Inscrição: até 10 de janeiro Salário: de R\$ 4.575,44 a R\$ 5.751,35
<b>Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)</b> Vagas: 235 Nível: médio Inscrição: de 9 de janeiro a 14 de fevereiro Salário: R\$ 4.706,53	<b>Procuradoria-Geral do Tocantins (PGE/TO)</b> Vagas: 40 Nível: superior Inscrição: até 31 de Janeiro Salário: R\$ 26.125,17	<b>Câmara de Foz do Iguaçu/PR</b> Vagas: 7 Nível: médio e superior Inscrição: até 1º de janeiro Salário: R\$ 7.911,87
<b>Fundo de Previdência dos Servidores de Aparecida de Goiânia</b> Vagas: 209 Nível: fundamental, médio e superior Inscrição: até 8 de fevereiro Salário: de R\$ 937 a R\$ 4 mil	<b>Secretaria de Educação do Paraná</b> Vagas: 10.000 Nível: superior Inscrição: de 2 de janeiro a 12 de janeiro Salário: até R\$ 11,7980	<b>Secretaria do Bem-Estar Social de Roraima (Setrabes)</b> Vagas: 73 Nível: médio e superior Inscrição: até 2 de fevereiro Salário: de R\$ 2.223,34 a R\$ 4.111,65
<b>Tribunal de Justiça do Amazonas</b> Vagas: 51 Nível: superior Inscrição: de 15 de janeiro a 2 de março Salário: Não informado	<b>Policia Civil do Rio Grande do Sul</b> Vagas: 1.200 Nível: superior Inscrição: até 19 de janeiro Salário inicial: R\$ 5.641,20	<b>Petrobras</b> Vagas: 353 Nível: superior Inscrição: 9 a 30 de janeiro Salário: de R\$ 9.786,14 a R\$ 10.544,04
		<b>Transpetro</b> Vagas: 321 Nível: médio Inscrição: até 31 de janeiro Salário: de R\$ 3.712,67 a R\$ 6.619,90





### **Autorizado, aguardando edital**

<b>Órgão</b>	<b>Vagas</b>
Advocacia-Geral da União	100
Secretaria de Saúde do DF	416
SEDESTMIDH	314
Câmara Legislativa do Distrito Federal	86
Adasa	Não informado
Sefaz-DF	120
Polícia Militar do DF	Não informado
Superior Tribunal de Justiça	Não informado
Tribunal Regional de Trabalho da 2ª Região	Não informado
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	Não informado
TRT da 15ª Região	Não informado
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Não informado
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	Não informado
Polícia Civil de São Paulo	2.750
Polícia Civil da Bahia	1.000
Polícia Civil do Espírito Santo	Não informado
Polícia Militar do Espírito Santo	310
Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo	120
Corpo de Bombeiros de Goiás	274
Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais	16.700

### **Expectativa de abertura**

- » Ministério Público da União
- » Câmara dos Deputados
- » Senado Federal
- » Tribunal Superior Eleitoral
- » Supremo Tribunal Federal

- » Polícia Rodoviária Federal
- » INSS
- » Ministério do Trabalho
- » Receita Federal

## Comece a estudar o quanto antes

Quem deseja garantir um cargo público deve começar se preparar o quanto antes. Aragonê Fernandes, professor de direito constitucional do IMP Concursos, defende que os estudos devem passar inicialmente pela leitura da legislação. “Isso é básico e muito importante. Além disso, tem chamado a atenção a quantidade de questões envolvendo súmulas. Esse é um grande desafio, pois a grande maioria não lê esse tipo de material. Se destacará o candidato que estudar essa parte”. Segundo ele, a resolução de questões anteriores é uma forma muito eficaz de garantir resultados. “Deve-se apostar na preparação antecipada e os cursos preparatórios despontam como um grande auxílio para encurtar o caminho até a aprovação”, enfatiza.

### Continuidade

De acordo com o professor de português do Gran Cursos Online, Elias Santana, o mais relevante é o candidato não parar de estudar. “O que costumamos observar é que muitas pessoas deixam de estudar pensando que 2018 não será bom por ser ano eleitoral. Seria equivocado da parte do aluno não começar a preparação a partir de agora”, aconselha. “Os concursos vão ocorrer, não há como fugir da necessidade de se fazer determinadas seleções, ainda mais as de grande porte. E o mais importante é o candidato deixar de olhar para essas estatísticas bobas e que passe a focar na necessidade de estar preparado para tudo que surgir.”

A advogada Natália de Araújo, 24 anos, por enquanto, estuda por conta própria, sem o auxílio de cursinhos, mas não descarta procurar ajuda, caso considere que o aprendizado será mais fácil se começar a frequentar as aulas. O fato é que a advogada não parou de estudar desde que se formou, pois emendou a graduação com uma pós, que durou um ano e meio, e continua se dedicando a ampliar seus conhecimentos e se preparando para realizar seu objetivo: estabilidade na carreira e boa remuneração.

Para Leandro Antunes, professor de direito penal e processual penal militar do IMP Concursos, a dica para garantir uma vaga no serviço público é simples: escolha a carreira desejada, leia os editais anteriores, planeje os estudos e mãos à obra. “O sacrifício para o concurseiro é gigante, mas, futuramente, tudo será recompensado”, encoraja o especialista.

A dica de Bruno Eduardo, professor de administração do Gran Cursos Online, é interpretar o estilo da banca organizadora. “O Superior Tribunal Militar (STM) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) serão organizados pelo Cebraspe, portanto, é necessário observar questões anteriormente cobradas e perceber as mudanças de estilo e níveis de dificuldade dos últimos dois anos.” Ele sugere que, para esses dois tribunais, o candidato separe questões de concursos de 2016 e 2017 e veja exatamente o que caiu para estudar o

assunto abordado.

Outra recomendação importante para quem vai fazer prova do Cebraspe: “se não sabe, não arrisque”. O estilo da banca é aquele em que o candidato é punido por erro, ou seja, para cada questão divergente do gabarito, há um ponto negativo. “Isso é o Cebraspe te dizendo para não marcar todas as questões e também fazendo uma seleção. Não se arrisque em chutar questões que não saiba, mas também não vá despreparado. Vá para a prova estudado e sabendo quantas questões deve marcar.”

### Horários

Para se dedicar a um edital tão importante quanto o de um tribunal, é necessário considerar os estudos como um trabalho. Portanto, há turnos e horários a cumprir. “Estabeleça horários de estudo, como, por exemplo, oito horas diárias, com possibilidade de duas horas adicionais. Deixe tempo para refeições, descanso entre turnos e tenha uma boa noite de sono”, explica.

Também é importante, segundo Bruno, fazer um calendário de estudo de hoje até o dia da prova e revisá-lo a cada semana, tendo em vista que algumas disciplinas poderá ser adiantada mais rapidamente que outras. “Não deixe de estudar disciplinas chatas ou difíceis, mas se lembre que não terá que responder a todas.” (MF, LP e AR)